



XXI ENANCIB

Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação

50 anos de Ciência da Informação no Brasil:
diversidade, saberes e transformação social

Rio de Janeiro • 25 a 29 de outubro de 2021

XXI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXI ENANCIB

GT-6 – Informação, Educação e Trabalho

O PAPEL DOS CURRÍCULOS FORMADORES NA GENERIFICAÇÃO DA PROFISSÃO BIBLIOTECÁRIA

THE ROLE OF THE CURRICULUM IN THE GENDERING PROCESS OF LIBRARY PROFESSION

Hugo Avelar Cardoso Pires – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
Claudio Paixão Anastácio de Paula – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: As relações de poder na sociedade atuam em diferentes campos da vida e da construção identitária. Através do controle de discursos específicos o poder molda os indivíduos e os transforma em centros de transmissão. Educação e discurso educacional atuam como controladores que permitem e proíbem a circulação de discursos divergentes e os currículos um dos artefatos utilizados no controle discursivo e na formação de sujeitos, atuando nos espaços ocupados por homens e mulheres. Considerando a profissão bibliotecária uma profissão feminilizada e que a formação dos sujeitos também ocorre no ambiente universitário, este artigo propõe uma reflexão teórica sobre o papel dos currículos das escolas de Biblioteconomia na constituição desta enquanto uma profissão “destinada” a mulheres. Ao privilegiarem, ao longo do tempo, as disciplinas técnicas em detrimento das eruditas, elas alinharam-se a discursos inseridos na lógica da divisão sexual do trabalho, em que as profissões ocupadas por mulheres supostamente não exigiriam esforço intelectual ou qualquer tipo de complexidade. Buscou-se, assim, através de levantamento bibliográfico e histórico, elucidar questões relativas ao currículo enquanto prática discursiva e sua relação com o desenvolvimento do ensino superior no Brasil e da Biblioteconomia, refletindo acerca das relações entre os movimentos curriculares dentro da área e a criação dos estereótipos relacionados à profissão.

Palavras-chave: currículo universitário; estudos de gênero; formação bibliotecária.

Abstract: Power relations in society act in different fields of life and identity construction. Through the control of specific discourses, power shapes individuals and transforms them into transmission centers. Education and educational discourse act as controllers that allow and prohibit the circulation of divergent discourses, and curricula are one of the artifacts used in discursive control and in the formation of subjects, acting in spaces occupied by men and women. Considering that the librarian profession is a feminized profession and that the formation of subjects also takes place in the university environment, this article proposes a theoretical reflection on the role of the curricula of Librarianship schools in the constitution of this profession as a profession “destined” for women. By privileging, over time, technical subjects to the detriment of scholars, they aligned themselves with discourses inserted in the logic of the sexual division of labor, in which the professions occupied by women would supposedly not require intellectual effort or any kind of complexity. Thus, through a bibliographic and historical survey, we sought to elucidate issues related to the curriculum as a discursive practice and its relationship with the development of higher education in Brazil and Library Science, reflecting on

the relationship between curriculum movements within the area and creation of stereotypes related to the profession.

Keywords: university curriculum; gender studies; librarian training.

1 INTRODUÇÃO

O poder se constitui em rede e funciona com uma lógica, circula em diversos meios e perpassa os indivíduos que, ao mesmo tempo, o exercem e sofrem seus efeitos, atuando como centros de transmissão. Ele não pode ser partilhado, tomado ou adquirido e é exercido a partir de inúmeros pontos nas interações (FOUCAULT, 2003, 2013). Através da utilização e controle de discursos específicos, com objetivos determinados, o poder se insere nos corpos dos indivíduos, moldando-os, e se presentificando em suas subjetividades. Segundo Maurício Ferreira e Clarice Traversini (2013)¹, os discursos se espraiam pelo tecido social, infiltram-se em fábricas, lares, escolas, programas de TV, conversas e no cotidiano das pessoas, organizando-os com regras internas e externas e, por onde elas passam, organizando e ordenando os sentidos.

A Educação e o discurso educacional são instrumentos que permitem ou impedem o acesso aos discursos divergentes, uma vez que “[...] todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo.” (FOUCAULT, 2010, p. 44). Neste sentido, escolas e estabelecimentos universitários – inseridos na estrutura de relações de poder – atuam para delimitar espaços e produzir diferenças, distinções e desigualdades. Através da difusão de discursos, essas instituições afirmam o que cada um pode ou não fazer e atuam na “fabricação” dos sujeitos, se inserindo em seus corpos e identidades (LOURO, 2014).

Os ambientes escolares são espaços onde se disciplinam os corpos através da difusão de discursos específicos que serão incorporados por alunas/os e através dessa difusão, transformarão o espaço educacional no transmissor de um repertório de modos, de experiências objetivas do mundo, das experiências que as pessoas têm de si mesmas e dos outros, atuando como elementos que irão atuar diretamente na formação das identidades (LARROSA, 1994). Os currículos escolares podem ser considerados, neste sentido, aparatos tecnológicos que visam produzir determinados tipos de indivíduos a partir da pretensão

¹ Optou-se, neste artigo, apresentar sempre o primeiro nome de um/a autor/a quando este/a for citado/a de forma indireta pela primeira vez, destacando e dando visibilidade para autoras e autores que serviram de embasamento bibliográfico para a construção deste trabalho.

pregressa particular de sujeito daqueles que organizam os currículos (OLIVEIRA; NEIRA, 2019), fazendo com que o aparato curricular forme um território de constantes disputas do que deve ou não ser ensinado e aprendido.

As relações de gênero se inserem dentro desta lógica de relações de poder, onde oportunidades, comportamentos aceitos e esperados por parte de determinado gênero são desiguais, fazendo com que escolas e famílias atuem desde cedo na difusão de discursos generificados e na construção de masculinidades, feminilidades e expectativas criadas em torno do que se espera de mulheres e homens.

Cabe considerar que a (con)formação dos indivíduos não para ao fim do ensino médio e as instituições universitárias também são atravessadas por relações de poder e atuam como instrumentos de difusão de discursos. Os currículos universitários, assim como seus predecessores, são constituídos por interesses de setores como mercado de trabalho, economia, educação, pela disputa entre setores políticos e suas modalidades discursivas. Desta forma, é possível considerar que o currículo universitário também é generificado e que carrega consigo elementos discursivos que irão produzir, hierarquizar, classificar indivíduos, difundindo relações desiguais entre os gêneros e produzindo muitas vezes os espaços que homens e mulheres ocuparão em determinada profissão e a trajetória destes na escolha desta profissão.

Notadamente marcada pela generificação², a profissão bibliotecária durante muito tempo foi ocupada por homens eruditos, reconhecidos por grande saber e notoriedade. O aumento da tecnicidade da profissão ao longo do tempo, a aproximação do país com o modo de vida dos EUA e a maior ocupação da mulher no mercado de trabalho, fizeram com que a profissão bibliotecária passasse a ser cada vez mais uma profissão feminilizada. Em uma sociedade marcada pelas relações desiguais entre os gêneros, isso pode ser considerado como elemento que provocou um rebaixamento do *status* da profissão e um deslocamento da imagem que a sociedade associa a profissão bibliotecária.

Se os currículos carregam consigo discursos que interferem em locais de ocupação e criação de identidades, estes também atuam na feminização das profissões. Assim, este artigo

² O termo generificação vem sendo utilizado dentro dos Estudos de Gênero para explicitar os processos pelos quais as relações sociais, de trabalho e as práticas cotidianas são marcadas pelo gênero. Neste artigo, ao se utilizar o termo busca-se explicitar que o processo de constituição da profissão bibliotecária enquanto uma profissão feminilizada foi notadamente marcado pelas relações de gênero.

propõe uma reflexão teórica acerca de como o currículo das escolas de Biblioteconomia colaborou para a constituição desta enquanto uma profissão feminilizada³. Para tal, elucidam-se as questões relativas aos currículos enquanto práticas discursivas e sua relação com o desenvolvimento do ensino superior em Biblioteconomia para refletir acerca dos movimentos curriculares dentro da área e a criação dos estereótipos relacionados à profissão.

2 O CURRÍCULO UNIVERSITÁRIO ENQUANTO AGENTE GENERIFICADOR

A universidade, sendo uma escola, controla corpos, seleciona saberes e discursos a serem difundidos e (con)forma identidades pessoais e profissionais. Hélio Trindade (2000) demonstra que ela, nascida na Idade Média sob a proteção da igreja, atravessou as transformações sociais do capitalismo e do acirramento comercial, das descobertas científicas e do Iluminismo sempre reproduzindo as relações do poder com a esfera estatal.

No século XIX, a universidade estatal moderna foi implantada e se inseriu numa lógica que responde aos interesses do Estado e da Economia. Julia Varela (1994) destaca que, servindo-se de procedimentos, instituições e agentes legitimados (professores, inclusive), o Estado utilizou uma série de dispositivos “[...] com a finalidade de se apropriar dos saberes, de discipliná-los e de pô-los a seu serviço.” (VARELA, 1994, p. 90). Citando Michel Foucault (1992)⁴, a autora afirma que o poder político utilizou quatro procedimentos na seleção dos saberes: eliminou pequenos saberes inúteis, irreduzíveis ou economicamente custosos; normalizou-os para adaptá-los uns aos outros e torná-los intercambiáveis aos seus possuidores; classificou-os hierarquicamente, ordenando-os; centralizou-os num modelo piramidal, assegurando seu controle, seleção e transmissão.

Assim, discursos e saberes foram submetidos a regras de delimitação de falso e verdadeiro e a critérios de cientificidade. Segundo Varela (1994), os saberes deveriam constituir-se em disciplinas num campo global da ciência e neste contexto, os saberes construídos à margem das instituições validadoras encontraram dificuldades na nova disposição das ciências.

³ Diversos trabalhos demonstram que a profissão bibliotecária, sobretudo no século XX, foi se constituindo como uma profissão ocupada majoritariamente por mulheres, como os de Martucci (1996), Sousa (2014), Pires (2016), dentre outros. Dados levantados por Pires e Dumont (2016) em 12 universidades brasileiras, mostram que 84,42% das pessoas formadas eram mulheres.

⁴ FOUCAULT, Michel. **Genealogia del racismo**. Madrid: La Piqueta, 1992.

As universidades passaram a legitimar os saberes e disciplinas e ligaram-se a procedimentos de produção e difusão de regimes de verdade entrelaçados às relações de saber e poder que, segundo Foucault (2003), produzem na sociedade uma verdade a cada instante, num processo indissociável dos mecanismos de poder – submissores periódicos de indivíduos a regras de verdade e a discursos validados como verdadeiros.

A economia política da verdade se coloca centrada na forma do discurso científico e nas instituições que o produzem, objetivando sua difusão e consumo, além de circular nos aparelhos de educação e de informação, sendo produzida e transmitida sob o controle de alguns aparelhos políticos ou econômicos, como a universidade, o exército e os meios de comunicação. Para Foucault (2007), o regime de verdade de cada sociedade define os tipos de discurso que ela acolhe e faz verdadeiros, os mecanismos que distinguem enunciados verdadeiros de falsos e as técnicas e procedimentos valorizados para a obtenção da verdade.

Dentro da universidade, os currículos são um dos elementos que instauram esses regimes de verdade⁵, aceitando e fazendo funcionar certos discursos como verdadeiros em detrimento de outros. O currículo faz os efeitos poder circularem contínua, ininterrupta, adaptada e individualizadamente no corpo social de forma a produzir e reproduzir atitudes, comportamentos e formas de subjetivação que mentem ou desconstroem as relações de poder. Selecionando o que deve ou não ser aprendido, a validade ou não de conhecimentos ou verdades, os currículos carregam mecanismos de poder e controle (OLIVEIRA, 2016) e atuam como procedimentos de exclusão de discursos, interditando o que não deve ser dito, separando e rejeitando o não que deve ser aprendido, dizendo o que é verdadeiro e falso.

Assim, os conhecimentos incluídos nos currículos não são neutros, mas atravessados por matrizes de gênero, raça e classe social que hierarquizam os saberes. O gênero – sendo um dos elementos das relações de poder e uma prática discursiva que organiza diversos campos da sociedade – atravessa e dimensiona as práticas curriculares, para que este assuma, segundo Maria Cláudia Dal’Igna, Carin Klein e Dagmar Meyer (2016), as matrizes masculina e heterossexual como padrão.

⁵ Cabe destacar que a verdade é entendida aqui como “um conjunto de procedimentos regulados para a produção, a lei, a repartição, a circulação e o funcionamento dos enunciados” e que “está circularmente ligada a sistemas de poder, que a produzem e apoiam, e a efeitos de poder que ela induz e que a reproduzem. ‘Regime’ da verdade” (FOUCAULT, 2007, p. 14).

As universidades adquiriram papel fundamental de produtoras e difusoras da ciência e como tal, estão ligadas a produção e difusão científicas e são atravessadas pelas relações de poder e pelos discursos generificados na formação de suas/seus alunas/os. Os currículos universitários podem ser vistos – assim como na escola básica – como tecnologias impregnadas de vieses de classe, raça e gênero.

O currículo é local de subjetivação, individualização, centro de acontecimentos e de disputa de identidades, “[...] no qual se produzem e reproduzem as marcas e diferenças de gênero, entre outras.” (CRUZ, 2015, p. 26). Produções e reproduções essas, notadas nas universidades na seleção, classificação e ordenação dos conhecimentos transmitidos, nas reflexões acerca do gênero dentro dos currículos universitários e no mercado de trabalho e que colaboram na criação de identidades e estereótipos profissionais.

Para Guacira Louro (2014), as instituições “fabricam” os sujeitos e são produzidas pelas práticas sociais e pelas relações de gênero. O currículo é generificado desde sua concepção e, ainda que as mulheres ocupem as classes, foram os homens que produziram o conhecimento e selecionaram as disciplinas que constam nos percursos curriculares.

As universidades desenvolvem processos coletivos de elaboração e evolução dos planos de estudo. Ligados aos aspectos técnicos, os currículos universitários estão forte e historicamente condicionados à produção de identidades profissionais e suas práticas. O desenvolvimento das profissões se vincula aos processos de formalização e especialização do saber, onde o eixo estruturante do currículo é o componente profissional (COLLAZO, 2010). Neste sentido, refletir como se deu a relação entre a feminização da Biblioteconomia e seus currículos torna-se importante para compreensão de como se dão as relações de gênero na sociedade, no mundo do trabalho e do local que a profissão bibliotecária ocupa na sociedade.

3 O CURRÍCULO E A GENERIFICAÇÃO DA PROFISSÃO BIBLIOTECÁRIA: ALGUMAS REFLEXÕES

A profissão bibliotecária, marcada em sua história pelas relações de gênero, nasceu como uma profissão erudita e ocupada por homens e passou a se tornar feminilizada ao longo do tempo. O machismo e o patriarcado estruturais atuaram na criação da identidade profissional bibliotecária, nos estereótipos da profissão e na (s) sua(s) posição(ões) na sociedade.

No período colonial brasileiro, as bibliotecas existentes estavam ligadas a colégios e instituições jesuíticas. Após a vinda da família real portuguesa para o Brasil e na tímida

expansão educacional durante o Império e início da República, elas nasciam atreladas às escolas e institutos universitários.

Na esteira do desenvolvimento de diversas ações⁶ no campo da Biblioteconomia ocorridas durante o século XIX, aliada às mudanças políticas do país com a Proclamação da República e a grande aproximação do círculo intelectual brasileiro aos ideais positivistas, em 1911, a Biblioteca Nacional criou o primeiro curso de formação bibliotecária no país, voltado para a formação de pessoal qualificado para a própria instituição. Segundo decreto⁷ que o criou, ele seria semanal, com duração de um ano, com as aulas de uma hora, realizadas entre os meses de abril e novembro. Ao fim do curso, os alunos seriam submetidos a exames escrito e oral, com duração de duas horas e meia hora para cada (BRASIL, 1911).

Conjugada a esta imagem e a influência francesa na sociedade do início do século XX, esse primeiro curso formador foi marcado pela orientação humanista e suas disciplinas priorizavam aspectos relacionados à teoria cultural, já que se exigia que os bibliotecários deste período possuíssem vasta cultura geral, o domínio de vários idiomas e conhecimentos sobre Artes, Ciências e Letras (SILVEIRA, 2007).

Nos anos 1930 há a difusão do modo tecnicista estadunidense nos currículos no Brasil, com privilégio aos modos de fazer em detrimento dos conteúdos. Os cursos de Biblioteconomia surgidos a partir daí, passaram a adotar a vertente mais técnica em seus currículos, buscando formar bibliotecários aptos a executar todas as rotinas técnicas necessárias à circulação do conhecimento e da informação (SILVEIRA, 2007). Neste momento, ganhou corpo o movimento de busca por maior escolarização e aumento no número de mulheres no mercado de trabalho e a profissão bibliotecária passa a atrair um contingente dessas mulheres, sobretudo nas décadas de 1950 e 1960.

Cabe destacar que esse movimento foi liderado por mulheres em sua maioria brancas e pertencentes às classes altas da sociedade, uma vez que as mulheres negras trabalhadoras já estavam inseridas no mercado de trabalho em tarefas inferiores. O discurso em torno da

⁶ Como ações, pode-se citar a publicação de regras de catalogação feitas pelo Museu Britânico, em 1841; a criação de cursos formais de Biblioteconomia, como o da École Nationale de Chartes em 1821 e o da Universidade de Columbia, nos EUA, criado por Melvil Dewey. No Brasil, pode-se citar a publicação em 1880 da “Bibliografia da língua Tupi ou Guarani também chamada de língua geral do Brasil”, de Alfredo do Vale Cabral e o início da publicação do “Boletim Bibliográfico da Biblioteca Nacional”, em 1886 (SOUZA, 2009).

⁷ Decreto nº 8.835, de 11 de Julho de 1911.

fragilidade feminina presente na caracterização das mulheres brancas no século XX, não se estendia para as pretas. Sueli Carneiro (2013) destaca que o discurso da fragilidade feminina que justificou a proteção paternalista às mulheres por parte dos homens não incluía as negras que já trabalhavam desde séculos como lavradoras, vendedoras, quituteiras e prostitutas, e que por conta disso não foram alcançadas e incluídas. Quando as feministas brancas diziam que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar, as mulheres pretas já estavam lá.

Do fim do Estado Novo em 1945 até 1968, o número de escolas superiores no país se expande impulsionado pelo mercado privado em educação, que viu no aumento da demanda por Ensino Superior no país uma oportunidade de incrementar seus lucros (SAMPAIO, 1991). Entre 1960 e 1968, por exemplo, surgiram mais escolas do que em todo o período de 1900 até 1945.

Após a Reforma Universitária de 1968, no período do Regime Militar, a orientação estadunidense se concretiza no ensino universitário brasileiro e as universidades passaram a ser organizadas em departamentos. Seguindo o modelo dos EUA, os cursos eram coordenados por um colegiado que definia as disciplinas a serem distribuídas entre os professores dos departamentos. Tais disciplinas, que definiam os currículos, passaram a ser divididas entre obrigatórias, optativas e eletivas (SAVIANI, 2008).

A expansão educacional no país também colaborou para o aumento de bibliotecas, que nasciam ligadas aos colégios e universidades. Em razão da proximidade com a Educação e por incorporarem em sua gestão e manutenção tarefas associadas às noções de cuidado, zelo e presteza, as atividades realizadas nas bibliotecas se ligaram a discursos que refletiam a divisão sexual do trabalho e que viam as tarefas desempenhadas por mulheres como extensões do trabalho doméstico. Assim, as bibliotecas foram incluídas no cômputo dos locais que não “ameaçavam” as tarefas exercidas pelas mulheres em casa e, portanto, aos quais elas poderiam se vincular (enquanto estudantes ou mesmo atuando profissionalmente) sem que fossem “negativamente influenciadas”.

Com o aumento do contingente feminino na profissão bibliotecária, há um deslocamento da imagem que a sociedade passa a ter da informação e dos estereótipos que caracterizam a profissão. Se na Antiguidade os bibliotecários gozavam de certo prestígio pois se tornavam bibliotecários por complemento a uma atividade que já exerciam e pela necessidade de realizar investigações dentro do seu campo de atuação; e, com o passar do tempo e com o surgimento de uma sociedade pautada no conhecimento e na informação, eles

passam a ser vistos como guardadores e guardiões do conhecimento (ROGGAU, 2006); foi só no século XX, com o aumento da feminização, que houve a associação da profissional bibliotecária a uma mulher idosa que possui duas máscaras principais: os óculos e o coque nos cabelos, “[...] além de uma postura geralmente antagônica e pouco receptiva para os usuários, provavelmente em gesto que indiquem um enfático pedido de silêncio.” (WALTER, BAPTISTA, 2007, p. 30).

Para Marie Radford e Gary Radford (1997) o estereótipo da bibliotecária solteirona prevaleceu e apareceu nos EUA em muitas formas culturais, como romances, jornais, revistas etc. e misturou visões que a sociedade possuía das bibliotecas como lugares de controle do conhecimento e da verdade. Com seus indexadores, vocabulários controlados e sistemas de recuperação da informação, a biblioteca gerencia os perigos de um discurso incontrolado e a visão da bibliotecária como terrível, sisuda, séria e obsessiva com a organização seria uma estratégia para a administração do medo que se perca o controle sobre os discursos. Entretanto, ao observá-la de perto, ela não pode ser considerada tão amedrontadora assim, afinal trata-se apenas de uma mulher.

Os estereótipos das profissões femininas são gerados por questões como ‘o que se espera de uma mulher’ e ‘o que se espera de um homem’, sendo desvalorizadas as profissões ligadas à noção de cuidado e às atividades desenvolvidas em âmbito privado (CHIES, 2010). Maria Tereza Walter e Sofia Baptista (2007) ressaltam que a associação da profissão bibliotecária às mulheres agregou estereótipos ligadas ao sexo feminino, onde as mulheres são associadas às profissões não competitivas, com baixos salários e que tenham comportamentos dóceis.

Mas qual a ligação do currículo com essa mudança de perfil e de estereótipo da profissão bibliotecária? Como o currículo se constituiu enquanto elemento da generificação da profissão bibliotecária? Ora, se o currículo é um artefato que carrega consigo e faz difundir discursos e relações de poder, ele pode ser considerado como um dos elementos que colaboraram para a feminização da Biblioteconomia. Ele é um dos nós da rede de relações de poder que atuaram na profissão e que penetram nos corpos produzindo gestos, atitudes e comportamentos. O currículo universitário não é só uma representação do poder do Estado, mas uma amálgama de outros muitos discursos dispersos (ou não) que atuam nas formações dadas, no perfil de profissional que se almeja e em como esse profissional deve se portar, se apresentar e quais habilidades deve possuir.

O discurso atrelado e orientado pelo “mercado de trabalho”, neste sentido, pode ser citado como exemplo de grande ator no delineamento do “tipo” de profissional que os cursos devem formar. Na Biblioteconomia, o aumento da tecnicidade está ligado à aproximação do campo com a Biblioteconomia praticada nos EUA, mas não só a ela. Há também uma mudança, sobretudo nas décadas de 1960 e 1970, a respeito de quais as expectativas do “mercado” para a profissão.

Os discursos em torno do bibliotecário como um agente de organização informacional, sobretudo científica, buscou formar profissionais que pudessem lidar com o aumento da produção de informação técnico-científica. O currículo mínimo estabelecido em 1962 pode ser considerado um marco para maior tecnicidade da profissão, uma vez que buscou uma padronização do ensino ministrado em Biblioteconomia pelo país, mas foi marcado pela supervalorização dos conteúdos das disciplinas técnicas em detrimento das de vertente cultural.

As críticas ao currículo mais técnico de 1962 foram muitas e Laura Russo (1966), por exemplo, creditava a maior tecnicidade dos currículos o rebaixamento do nível do bibliotecário, que fora reduzido a produzir fichas e ordenar livros nas estantes, sem ter responsabilidades sobre a direção das bibliotecas. Neste momento (e considera-se aqui que também a partir dele) a feminização da área já se dava de forma mais concreta. Dados de Hugo Pires (2016), por exemplo, demonstram entre 1950 e 1970, o curso de Biblioteconomia da Universidade Federal de Pernambuco⁸ (UFPE) havia formado 642 bibliotecárias e 25 bibliotecários.

As discussões em torno de um currículo mais tecnicista ou humanista permearam a Biblioteconomia brasileira nos anos subsequentes, o que levou ao estabelecimento de um novo currículo mínimo em 1982 e que tentou equilibrar as vertentes técnicas e culturais, adotando a interdisciplinaridade como proposição básica, mas que ainda mantinha pouca relação entre o que era ministrado e a realidade do país (SILVEIRA, 2007; SOUZA, 2009).

Este currículo sofreu alterações nos anos seguintes na questão da adição de disciplinas de cunho tecnológico, uma vez que a internet e as tecnologias de informação e conhecimento se desenvolviam e um novo perfil de bibliotecário era requerido pelo mercado. Há também neste período uma aproximação da Biblioteconomia com a Ciência da Informação e áreas

⁸ O curso da Universidade Federal de Pernambuco foi criado em 1950.

como a Administração e Computação, por exemplo, áreas estas notadamente “masculinas”. Para Francisco de Souza (2009) os discursos em torno do “moderno profissional da informação” que ganharam força nos 1990, denotavam uma desqualificação da Biblioteconomia e do bibliotecário e se associavam a uma lógica neoliberal⁹ que penetrou o ambiente profissional, político e econômico do país.

Assim, a partir da década de 1990, em atendimento a uma demanda do mercado de trabalho, os currículos buscam uma suposta valorização profissional e uma modificação da visão que a sociedade tem da profissão bibliotecária. Os cursos passaram a privilegiar disciplinas técnicas com foco nas atividades de coleta, gestão, preservação e disseminação dos recursos informacionais (SILVEIRA, 2007), e a formação dada buscava formar um profissional que atendesse a lógica mercadológica neoliberal, com profissionais dinâmicos, criativos e competentes, que mostrassem produtividade e que estivessem em constante atualização.

Dentro da intenção de valorização profissional, Anízia Nascimento, Etienny Figueiredo e Georgete Freitas (2003), por exemplo, destacavam a necessidade de que se mostrasse que a biblioteca não era o único lugar de atuação do bibliotecário, visto agora como um disseminador da informação e que atuaria como estruturador, planejador ou administrador de informações. Para Mary Ferreira (2003), a utilização do termo “profissional da informação” se dava por acreditar que o espaço de trabalho evoluíra e que a informação era vital para as empresas, onde “o profissional da informação é o protótipo hoje do trabalhador do conhecimento de amanhã” (p. 43)

Souza (2009) critica esta visão da lógica neoliberal e empresarial da profissão, destacando que o termo “moderno profissional da informação” desqualifica a profissão bibliotecária. Para o autor, ao focarem na gestão da informação, as escolas formadoras buscam preparar profissionais modernos, eficientes e competentes e embutem nessa formação, um discurso que distancia o estudante do perfil de bibliotecário, caracterizado como ultrapassado. Isto posto em muitas palestras e textos carregava consigo uma mensagem subliminar de extinção do bibliotecário, “[...] em total contraste com os discursos profissionais da Europa e nos Estados Unidos, por exemplo.” (SOUZA, 2009, p. 146).

⁹ Souza (2009) destaca que o foco da ideia neoliberal “era a defesa da ideia de que o mercado privado era mais eficiente de que as ações econômicas de produção do estado – verifica-se que essa fenomenologia se transportou para todos os demais âmbitos, inclusive o profissional” (p. 145)

É no mesmo período em que o perfil do “novo profissional da informação” surge e (talvez por conta deste) que há aumento considerável no contingente masculino nos cursos. Segundo Pires (2016), na Universidade Federal de Goiás (UFG), por exemplo, houve aumento de 675% no número de graduados do sexo masculino em Biblioteconomia entre as décadas de 1990 e 2000. O mesmo fenômeno foi observado na Universidade de Minas Gerais (UFMG), onde no curso diurno o número de homens graduados nas décadas de 1990 e 2000 praticamente dobra se comparados às décadas anteriores, enquanto no curso noturno, criado no início dos anos 2000, eles representavam 41% dos graduados em Biblioteconomia ao fim da década.

Ou seja, a partir da maior entrada de homens na profissão, houve um delineamento dos currículos e dos discursos em torno do papel profissional para mudança da visão que a sociedade possuía do bibliotecário. Ainda que durante o período observe-se também a consolidação da profissão enquanto empregadora e com salários razoáveis, é notório que para se afastar o quanto antes da visão tradicional da bibliotecária, a estratégia foi a de criar um perfil mais mercadológico, mais racional, equilibrado, de um verdadeiro gestor.

Cabe destacar estereótipos também são associados aos homens que se tornam bibliotecários e, segundo Beatriz Sousa (2014), grande parte deles se relaciona sobretudo às questões de orientação sexual e muitos bibliotecários demonstram receio em ser confundidos com homossexuais. Um dos entrevistados pela autora ressalta que em todos os locais a que vai, necessita afirmar que não é gay (SOUSA, 2014). Ambas visões associadas a quem exerce a profissão, mulheres ou homens, possuem a mesma matriz, que é a desvalorização do que é associado ao feminino, advinda das relações de poder desiguais entre os gêneros dentro da sociedade patriarcal, ao mesmo tempo em que, por extensão e por uma associação limitada da imagem do gay à feminilidade (como se só houvesse gays afeminados), demonstram a importância que dada pelos homens não-homossexuais em asseverar que não são gays, como se ser gay fosse um demérito.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se refletir acerca das relações e do papel dos currículos formadores no processo de generificação da profissão bibliotecária. Nascida como uma profissão destinada a homens eruditos, com o aumento de sua tecnicização, os cursos passam a ser ocupados majoritariamente por mulheres e elas passam a ser durante o século XX, a “cara” da profissão.

Em um mundo marcado pelas relações sociais desiguais entre os gêneros, isso provocou um rebaixamento do *status* da profissão bibliotecária e uma associação a estereótipos degradantes da profissional, vista como uma mulher sisuda, mal-humorada, com coque no cabelo e óculos de grau, sempre pronta a pedir silêncio.

Os currículos das escolas de Biblioteconomia – compreendidos aqui como artefatos que carregam consigo diversos discursos e que atuam diretamente na manutenção das relações desiguais de poder – foram utilizados ativamente neste processo, uma vez que ao privilegiarem as disciplinas técnicas em detrimento das eruditas, se alinham à lógica da divisão sexual do trabalho, em que as profissões ocupadas por mulheres não exigiriam esforço intelectual ou qualquer tipo de complexidade.

A consolidação da profissão bibliotecária como empregadora, a expansão do número de bibliotecas pelo país e a aproximação da Biblioteconomia com áreas como a Administração e a Ciência da Computação, por exemplo, atraiu um número maior de homens para os cursos. Coincidentemente (ou não), há uma mudança na busca por um novo “profissional da informação” que se alinha aos objetivos mercadológicos de uma lógica neoliberal e que deveria ser mais empreendedor, equilibrado e racional, exatamente o que se espera dos homens e de profissões “masculinas”.

Desta forma, os currículos de Biblioteconomia se moldaram às expectativas não só do mercado de trabalho, mas colaboraram na constituição da profissão bibliotecária enquanto uma profissão feminilizada. Ao optar por um currículo mais técnico para atrair mais mulheres e depois, por buscar criar um novo perfil de profissional, as Escolas se alinharam a discursos que reforçam as relações desiguais de gênero, onde para que se valorize uma profissão, é necessário que se atraia um contingente masculino a ela.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 8.835, de 11 de Julho de 1911. Approva o regulamento da Bibliotheca Nacional. **Diário Oficial da União**: seção 1, Rio de Janeiro, ano 23, p. 8748 (republicação), 16 jul. 1911. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-8835-11-julho-1911-502890-republicacao-102224-pe.html>. Acesso em: 16 ago. 2021.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. *In*: ASHOKA EMPREENDEDORES SOCIAIS; TAKANO CIDADANIA (org.). **Racismos contemporâneos**. Rio de Janeiro: Takano Editora, 2003. p. 50-57.

CHIES, Paula Viviane. Identidade de gênero e identidade profissional no campo de trabalho. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 18, n. 2, p. 507-528, maio/ago. 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2010000200013/13664> Acesso em: 28 fev. 2021.

COLLAZO, Mercedes. El currículo universitario como escenario de tensiones sociales y académicas. **Didáskomai**, Montevideo, n. 1, p. 5-23, jan. 2010.

CRUZ, Ederson da. **Gênero e currículo**: problematizando essa relação nos cursos de formação inicial de docentes. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2015.

DAL'IGNA, Maria Cláudia; KLEIN, Carin; MEYER, Dagmar Estermann. Generificação das práticas curriculares: uma abordagem feminista pós-estruturalista. **Currículo sem Fronteiras**, [s. l.], v. 16, n. 3, p. 468-487, set./dez. 2016.

FERREIRA, Maria Mary. O profissional da informação no mundo do trabalho e as relações de gênero. **Transinformação**, Campinas, v.15, n.2, p. 189-201, maio/ago. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/tinf/v15n2/07.pdf> Acesso em: 15 mar. 2021.

FERREIRA, Mauricio dos Santos; TRAVERSINI, Clarice Salette. A análise Foucaultiana do discurso como ferramenta metodológica de pesquisa. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 38, n. 1, p. 207-226, mar. 2013. Disponível em: [scielo.br/pdf/edreal/v38n1/12.pdf](https://www.scielo.br/pdf/edreal/v38n1/12.pdf) Acesso em: 19 mar. 2020.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 20. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2010. 79 p.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. 23. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2013. 176 p.

FOUCAULT, Michel. Poder e saber. In: FOUCAULT, Michel; MOTTA, Manoel Barros da (org.). **Estratégia, poder-saber**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 2003. p. 223-240. (Ditos & Escritos, v. 4).

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 37. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

FREITAG, Bárbara. **Escola, estado e sociedade**. 7. ed. São Paulo: Centauro, 2005. 238 p.

GOODSON, Ivor. Etimologias, epistemologias e o emergir do currículo. In: GOODSON, Ivor. **Currículo**: teoria e história. 10. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 29-43.

LARROSA, Jorge. Tecnologias do eu e educação. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **O sujeito da educação**: estudos foucaultianos. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 35-86.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 16. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. 184 p.

MARTUCCI, Elisabeth Márcia. A feminização e a profissionalização do Magistério e da Biblioteconomia: uma aproximação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 2, p. 225-244, jul./dez. 1996.

OLIVEIRA, Glaurea Nádia Borges de; NEIRA, Marcos Garcia. Contribuições foucaultianas para o debate curricular da Educação Física. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 35, 2019.

Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/edur/v35/1982-6621-edur-35-e198117.pdf>
Acesso em: 5 maio 2021.

OLIVEIRA, Jane Cordeiro. Conhecimento, currículo e poder: um diálogo com Michel Foucault. **Espaço Pedagógico**, Passo Fundo, v. 23, n. 2, nov. 2016.

PARAÍSO, Marlucy Alves. Currículo e relações de gênero: entre o que se ensina e o que se pode aprender. **Linhas**, Florianópolis, v. 17, n. 33, p. 206-237, jan./abr. 2016. Disponível em: http://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1984723817332016206/pdf_102. Acesso em: 31 jul. 2020.

PIRES, Hugo Avelar Cardoso. **Relações de gênero e a profissão bibliotecária na contemporaneidade**: panorama nacional e os motivos da entrada masculina em curso majoritariamente feminino. 2016. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

PIRES, Hugo Avelar Cardoso; DUMONT, Lígia Maria Moreira. Relações de gênero e a profissão bibliotecária no Brasil. **Cadernos BAD**, Lisboa, n. 1, p. 157-171, 2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/68033>. Acesso em: 16 ago. 2021.

POPKEWITZ, Thomas S. História do currículo, regulação social e poder. *In*: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **O sujeito da educação**: estudos foucaultianos. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. p. 173-210.

RADFORD, Marie L.; RADFORD, Gary P. Power, knowledge, and fear: feminism, Foucault, and the stereotype for the female librarian. **Library Quarterly**, [s. l.], v. 67, n. 3, p. 250-266, jul. 1997.

ROGGAU, Zunilda. Los bibliotecarios, el estereotipo y la comunidad. **Información, cultura y sociedad**, Buenos Aires, n. 15, dez. 2006. Disponível em: http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1851-17402006000200002&lng=es&nrm=iso Acesso em: 14 abr. 2021.

RUSSO, Laura Garcia Moreno. **A Biblioteconomia brasileira, 1915-1965**. Rio de Janeiro: INL, 1966.

SAMPAIO, Helena. **Evolução do ensino superior brasileiro, 1808-1990**. São Paulo: NUPES/USP, 1991.

SAVIANI, Demerval. O legado educacional do regime militar. **Caderno Cedes**, Campinas, v. 28, n. 76, p. 291-312, set./dez. 2008.

SILVEIRA, Fabrício José Nascimento da. **Biblioteca como lugar de práticas culturais**: uma discussão a partir dos currículos de Biblioteconomia no Brasil. 2007. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

SOUSA, Beatriz Alves de. **O gênero na Biblioteconomia**: percepção de bibliotecárias/os. 2014. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

SOUZA, Francisco das Chagas de. **O ensino da Biblioteconomia no contexto brasileiro**: século XX. Florianópolis: UFSC, 2009. 189 p.

TRINDADE, Hélió. Saber e poder: os dilemas da universidade brasileira. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 14, n. 40, p. 122-133, dez. 2000. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142000000300013&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 26 out. 2020.

VARELA, Julia. O estatuto do saber pedagógico. *In*: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **O sujeito da educação**: estudos foucaultianos. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. p. 87-96.

WALTER, Maria Tereza Machado Teles; BAPTISTA, Sofia Galvão. A força dos estereótipos na construção da imagem profissional dos bibliotecários. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 17, n. 3, p. 27-38, dez. 2007.